

OBJETOS, SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES: DOS CENTROS DE CÁLCULO E CICLOS DE ACUMULAÇÃO À ARTE KADIWÉU

Aline Maria Müller*

© INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ANTROPOLÓGICAS DE CASTILLA Y LEÓN, Salamanca | 2015.
Recebido em 16/12/2014 e aceito em 06/02/2015.

Resumo: Este artigo abordará a importância dos objetos na vida social, seus significados originais e os processos de resignificação assumidos nos percursos traçados entre origem e destino. Textos que tratam desde uma perspectiva teórica das significações que a cultura material assume serão utilizados para a formação do contexto, que apoiará a análise de dados de caráter etnográfico que fazem parte da minha investigação de doutoramento em curso sobre a arte kadiwéu. As reflexões extraídas revelaram vários pontos de convergência entre os textos de fundamentação e os dados etnográficos coletados. Apoio-me na ideia de que os objetos que tiveram seu contexto social alterado assumem novas significações, passando à condição de atores sociais na construção de conhecimentos e na expressão de simbolismos enquanto agentes portadores de múltiplos significados.

Palavras-chave: Objetos, cultura material, simbolismos, arte kadiweu.

Resumen: Este artículo tratará de la importancia de los objetos en la vida social, sus significados originales y los procesos de resignificación que se presentan a lo largo de los caminos entre origen y destinación. Textos que tratan desde la perspectiva teórica las significaciones que la cultura material asume servirán de base para el contexto que sustentará el análisis de los datos etnográficos que integran mi investigación de doctorado en curso y que trata del arte kadiwéu. Las reflexiones extraídas revelarán puntos de convergencia entre los textos de fundamentación y los datos etnográficos recolectados. La idea en que me sustento es la de que los objetos que han sido cambiados de contexto social asumen nuevas significaciones, pasando a la condición de actores sociales en la construcción del conocimiento y expresando simbolismos en cuanto agentes portadores de múltiples significados.

Palabras claves: Objetos, cultura material, simbolismos, arte kadiwéu.

INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará a importância dos objetos na vida social, seus significados originais e os processos de resignificação assumidos nos percursos entre origem e destino. Para tanto, me embasarei em textos clássicos que tratam das significações que a cultura material assume, seja na fonte de origem ou no traslado aos centros de acumulação. David Philipps (1996) é um autor que aborda tal problemática. Após formar o contexto que envolve estes processos de significação e resignificação, tratarei então de aplicar tal teoria tomando por base dados de caráter etnográfico que fazem parte

da minha investigação de doutoramento em curso, cujo tema é a arte kadiwéu. A abordagem deste artigo revelou vários pontos de convergência entre os textos de fundamentação e os dados etnográficos coletados, conforme será exposto ao final do artigo.

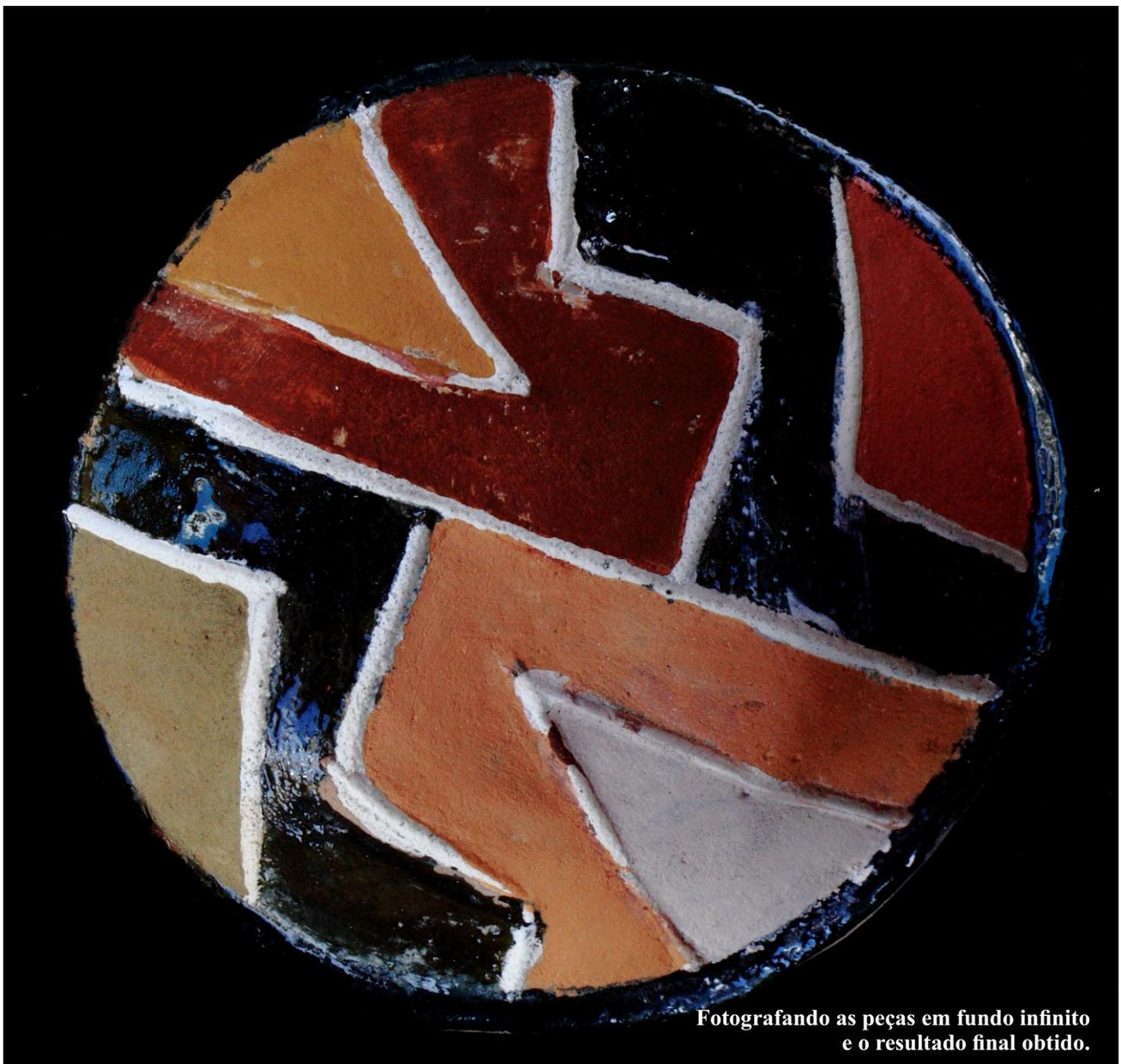
A fim de compor um sistema de trabalho, ou metodologia, para orientar este ensaio, primeiramente foi preciso proceder com a análise e interpretação dos textos tendo como foco os objetos e seus processos de significação e resignificação. A etnografia aparece também como instrumento metodológico, tendo em vista que boa parte dos dados acerca dos Kadiwéu vem de experiências de cunho etnográfico por ocasião de minhas estadas nas aldeias Alves de Barros e São João, no município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul. Imagens serão

* Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Coimbra, Portugal. aline.muller@hotmail.com

analisadas sob a luz dos pressupostos teóricos extraídos das leituras, sendo que para as fotografias utilizou-se de máquina digital profissional do tipo 'reflex', da marca Canon, com resolução de 16 MP. Para as fotografias dos objetos foi empregado o princípio do 'fundo infinito', onde os artefatos foram registrados sobre um tecido preto, evidenciando os detalhes e ampliando a noção de profundidade.

Sendo a experiência etnográfica um dos instrumentos metodológicos empregados, cabe aqui tecer algumas considerações acerca da mesma. A etnografia é a essência do trabalho antropológico. Segundo o antropólogo Angel Espina Barrio (2005), a etnografia permite uma imersão na vida social das comunidades

estudadas, daí sua importância para a formação do conhecimento antropológico. A observação de cunho participante foi proposta por primeira



Fotografando as peças em fundo infinito e o resultado final obtido.

vez por Malinowski (1977) em seu célebre estudo sobre os nativos das ilhas Trobriand. Ao trocar a observação distante pela participante, Malinowski pôde ver a vida social 'desde dentro' da sociedade trobriandesa, revelando a importância do Kula para a preservação da vida social e para a reafirmação dos laços de cooperação e reciprocidade. Com o amadurecimento das reflexões acadêmicas no campo da antropologia, novas perspectivas foram incorporadas à pesquisa etnográfica e à interpretação dos dados de campo. Cardoso de Oliveira (2006), um dos ícones da antropologia no Brasil, vem propor o uso da 'relação dialógica' na etnografia como forma de fugir das armadilhas da autoridade etnográfica. Segundo o antropólogo brasileiro, numa entrevista com fins etnográficos o antropólogo deve se esforçar por estabelecer um diálogo entre iguais, mesmo vindo o entrevistado e entrevistador de diferentes contextos sociais.

Assim, a entrevista não deve seguir roteiros ou perguntas fechadas, mas fluir como uma conversa informal. Dessa forma, evita-se o erro recorrente de 'conduzir a entrevista', ao mesmo tempo em que permite ao entrevistado uma maior abertura, transpondo a barreira semântica que separa o universo acadêmico do cenário etnográfico. O erro recorrente de conduzir a entrevista já havia sido apontado por Paul Thompson (1992), que estabeleceu certos critérios para o registro de história oral e história de vida. Thompson alertou como as entrevistas fechadas podem ser uma armadilha para o registro de dados orais.



Em busca da relação dialógica: experiência etnográfica na aldeia Alves de Barros.

DISCUSSÃO TEÓRICA: COLETORES, CENTROS DE CÁLCULO E CICLOS DE ACUMULAÇÃO

Quando se trabalha com pesquisa acadêmica, os processos de produção do conhecimento vão desde a coleta de informações até o processamento das mesmas em laboratório ou gabinete. Transpondo este princípio aos objetos, temos um percurso que vai desde o contexto original, quando da ação dos coletores, até seu destino final nas mãos dos classificadores. As atividades de coleta e classificação integravam a prática científica dos naturalistas que atuaram em fronteiras distantes para a construção de uma História Natural.

A História Natural ocupou posição de destaque nas produções acadêmicas dos séculos XVIII e XIX, quando dos impérios partiam expedições a fim de explorar terras distantes, como a do Novo Mundo. As expedições que levavam naturalistas tinham o objetivo de trazer a tona conhecimentos sobre a botânica, zoologia, clima, bem como dos povos que habitavam as terras distantes. Portanto, não se pode negar a importância destas expedições para a formação de um conhecimento antropológico inicial, que mais tarde serviria de base para os primeiros ensaios de antropologia de cunho evolucionista, onde predominava o trabalho de Gabinete. É deste período o britânico Edward Burnett Tylor, considerado o pai da antropologia e o primeiro a definir o termo 'cultura'.

A exemplo da importância dos Naturalistas para a ciência ocidental, muito do que sabemos hoje acerca de sociedades indígenas na América em períodos coloniais vem dos escritos de cientistas como La Perouse, viajante que passou pela Ilha de Santa Catarina, no sul do Brasil. La Perouse, que no ano de 1785 teve por objetivo trazer informações acerca de novos territórios - mapas, plantas, animais, pessoas - acabou por ser morto pelos nativos de Vanikoro e seus escritos sobre Desterro (nome antigo da Ilha de Santa Catarina) só nos é conhecido porque em uma das paradas enviou suas anotações à França (LAPEROUSE, 1996). Das expedições científicas empreendidas por naturalistas resultaram acervos etnográficos de notável valor para o conhecimento acerca de sociedades humanas que habitavam terras tão distantes das metrópoles, onde se construíram o saber científico. Um exemplo disso é a Coleção Etnográfica da Universidade de Coimbra, com

objetos oriundos das ex-colônias portuguesas. Uma visita ao acervo é suficiente para vermos como os objetos assumem novos significados a partir do momento em que são transportados de seus contextos etnográficos de origem. As tampas de panela da coleção de Angola é um exemplo: originalmente serviam como forma de comunicação simbólica, como sentimentos da esposa para com seu marido ou ainda conselhos de mães para filhas e filhos; ao integrar a coleção da universidade, números foram pintados ao lado de cada um dos símbolos, como método de classificação. Assim, o contexto de comunicação simbólica recebeu ressignificações, como objeto exótico de povos distantes que incorporam uma coleção e auxiliam a sustentar representações e imaginários acerca dos povos autores. Também assumem condição de peça científica, que será processada, analisada, classificada, a fim de contribuir com a formação de um conhecimento acadêmico.

O exemplo acima nos remete ao texto de Miller (1996) que trata de Joseph Banks, aventureiro, empresário e naturalista que ficou reconhecido pelas expedições que participou, dentre elas a que acompanhou o famoso capitão Cook. A união de esforços de Joseph Banks e James Cook permitiu a formação de um conhecimento detalhado sobre vários territórios, que resultou em uma coleção de catorze volumes. Apesar de Banks não ter participado diretamente de todas as três expedições de Cook, exerceu forte influência sobre elas.

Banks detinha um conhecimento que aliava teoria e prática. Nascido em Londres, a 24 de fevereiro de 1743, pertencia a uma família de posses. Apesar de ter frequentado Oxford e Chelsea, não chegou a obter certificado de estudos. Mesmo herdando a fortuna da família e as responsabilidades que esta requeria, manteve o interesse pela ciência e pela história natural. De sua expedição à Terra Nova e Labrador publicou as primeiras descrições de plantas e animais daquele lugar. Mas foi com Cook, a bordo do navio Endeavour que Banks realizou seu maior trabalho, passando por Taiti, Nova Zelândia e Austrália. Em 1778 passa a ocupar a presidência da Royal Society, posto a frente do qual esteve por mais de 40 anos, até seu falecimento em 1820.

Miller deixa claro que Banks, ainda que pese seu papel como naturalista, teve seu maior mérito como empreendedor. O naturalista não só levantou coleções, como as geriu desde sua casa

em Soho. Sua casa se converteu no que Latour vai chamar de 'centro de cálculo', locais onde eram depositados os materiais levantados nas expedições, amostras estas que teriam por característica serem 'móveis', 'estáveis' e 'combináveis'. Para que os centros de cálculo cumprissem seus papéis era preciso disciplinamento de pessoas e instituições para trabalharem em conjunto. Miller destaca que um centro de cálculo se caracteriza como uma instituição onde o foco está no ciclo de acumulação e que possui o poder de manter seus status disciplinando indivíduos e instituições através de um amplo espectro da sociedade. No entanto, os processos de acumulação, cálculo e exercício do poder não devem ser considerados em separado, pois cada qual existe em função dos outros. Foi o que efetivamente Joseph Banks conseguiu.

Alexandre Rodrigues Ferreira foi um importante naturalista que trouxe à coleção etnográfica da Universidade de Coimbra objetos de inestimável valor antropológico, oriundos de etnias que contactou ao longo de sua jornada, que passou por Pará, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. O Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra publicou uma edição denominada 'Memória da Amazônia' que abordou a obra de Ferreira (Areia *et al*, 1991). Os objetos que integram a coleção auxiliam na formação de um conhecimento científico acerca de povos indígenas brasileiros, fomentando estudos posteriores, como o empreendido por Souza e Martins (2004) com base na cabeça troféu Mundurukú que integra a coleção. A cabeça mumificada da coleção teve seu percurso e suas reutilizações e ressignificações, desde sua original condição de troféu de guerra e de comunicação de status, à fonte de análise científica dos processos de produção destes troféus, submetendo a peça a procedimentos consagrados pela antropologia forense.

Com base no que foi acima descrito, entendemos que os objetos não são meros produtos materiais, mas integram a forma como o ser humano constrói sua vida social. Os objetos possuem significados, sendo que esta significação se altera quando o mesmo é transportado de um contexto social a outro. Diferentes sociedades podem atribuir valores e usos distintos ao mesmo objeto, criando camadas de significados que são depositadas cada vez que o objeto muda de contexto social. Latour (1979),

em “Laboratory life”, aborda a importância dos objetos na pesquisa científica, tomando o laboratório como cenário etnográfico. A 'etnografia do laboratório' de Latour nos permite entender esta transformação de significados a que os objetos estão submetidos. O que fica evidente é a importância da materialidade no desenvolvimento da pesquisa científica.

Kopytoff (2008) é outro autor que aborda os objetos, desde uma perspectiva biográfica. Os objetos possuem uma história, desde a sua produção até o seu destino final. Um objeto não é meramente um reflexo de sua forma material, mas fruto de todo o contexto histórico e cultural a que está submetido. A mercantilização aparece como uma variável neste processo. São múltiplos valores: de uso, de troca, de simbolismos. O mesmo objeto pode inclusive ser tratado como mercadoria em uma situação e não em outra. Assim, a abordagem biográfica pode se converter num método para revelar as camadas de significados atribuídas aos objetos quando estes são submetidos a diferentes contextos sociais. Kopytoff (*ibid*) resalta as indagações que devem ser feitas quando do registro da biografia de um objeto: de onde vem, quem a fabricou, quais são os mercados culturais.

Os simbolismos projetados sobre a cultura material são o foco de Bourdieu (2002) no capítulo 'A casa ou o mundo ao contrário', do livro 'Esboço de uma teoria da prática'. A casa cabila aparece como veículo de organização do mundo em pares de oposição, definindo os papéis 'masculino' e 'feminino' com base nas áreas do interior da residência. Ou seja, a casa é um 'microcosmo' organizado segundo as mesmas oposições que ordenam o restante do universo. De tal modo, uma parede não é meramente uma divisória física, mas sim a 'parede da obscuridade, do sono, da menina ou do túmulo' (p. 39). Outra divisão é a da parte baixa como sendo a escura, noturna, dos seres naturais (animais) e a da parte alta como sendo o espaço do humano, associando a parte nobre, luminosa, atributo da humanidade, surgindo assim a oposição entre natureza e cultura. Tal como a casa cabila, objetos em diferentes sociedades não são meros instrumentos, mas a materialização de simbolismos ligados à cosmologia dos grupos humanos.

A abordagem teórica acima relatada permitirá ver a produção material kadiwéu desde

uma perspectiva simbólica-acadêmica. Os objetos serão analisados não somente pelas suas características materiais – modo de produção, estilos – mas também pelas camadas de simbolismos que lhes são agregadas. Mas antes da ponte entre os objetos e os textos discutidos, será necessário apresentar um breve contexto histórico acerca da etnia kadiwéu.

QUEM SÃO OS KADIWÉUS

Ao historiar os indígenas assentados entre o Pantanal e a Serra da Bodoquena, percebe-se que diversos estudos etnográficos identificaram uma linha de continuidade entre Guaikurus e Kadiwéus. Nesse sentido as obras de Guido Boggiani, Emílio Rivasseau, Levi-Strauss, Darcy Ribeiro e Branislava Susnik, autores que desenvolveram pesquisas e observações etnográficas nessa etnia, dão continuidade às representações que o pensamento ocidental elabora para apreender a alteridade humana que esse grupo representa.

De acordo com os autores supracitados, os Kadiwéu são descendentes dos antigos Guaikuru, índios cavaleiros que dominavam uma vasta área do centro-oeste brasileiro e do Paraguai. Ana Lucia Herberts (1998: 100-101) classifica os Guaikuru como um grupo chaquenho de nômades pedestres que praticava caça-pesca-coleta. Apresentavam relações de grande hostilidade para com os grupos vizinhos, especialmente os Guarani, aspecto cultural que veio trazer o reconhecimento do ethos guerreiro dos Guaikuru (SUSNIK, 1998).

A partir do momento em que estes indígenas adotam o cavalo, trazido pelos espanhóis no século XVI, passam a constituir uma classe de guerreiros equestres cujas habilidades na montaria se tornaram reconhecidas e imortalizadas pelos textos históricos. Segundo Darcy Ribeiro, enquanto os cavalos aos outros indígenas representavam “apenas uma nova caça, notável pelo tamanho, foram utilizados pelos Guaikuru como montaria para cobrir maiores distâncias, ampliando seu território de caça e coleta” (RIBEIRO, 2004: 96).

A belicosidade dos Guaikuru sempre foi tema dos textos históricos. Com a mobilidade oferecida pelos cavalos, estes indígenas ampliaram suas campanhas de conquista, instaurando o medo entre as diversas vilas da

região chaco-pantaneira. O reconhecimento deste ethos guerreiro levou o império brasileiro a estabelecer uma aliança com os guaicurus para que estes lutassem na guerra contra o Paraguai.

Os textos históricos também descrevem outros aspectos da cultura kadiwéu, como modo de produção, gastronomia, religiosidade e cosmologia. Na organização social havia uma particularidade, onde categorias sociais bem marcadas conferiam diferenciação de status. Levi Strauss (1996:168), em sua obra “Tristes Trópicos”, é o autor que mais precisamente aborda a questão da organização social kadiwéu. Comparando os indivíduos com cartas de baralho, o autor descreve a existência de diferentes “castas” ou, melhor dizendo, estratos sociais, com nobres (hereditários e mobiliados), guerreiros e a plebe formada por cativos de outras etnias, responsáveis pelo trabalho subalterno, como o cultivo.

Guido Boggiani (1975) conviveu com esses indígenas participando de uma expedição a um lugar chamado Retiro, localizado à margem do rio Nabileque. Seu convívio com esse povo possibilitou um registro de dados sobre os Kadiwéu de grande valor etnográfico. Boggiani retrata as principais espécies cultivadas entre os Kadiweu, como mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho e abóbora. Estes cultivos, segundo a narrativa de Boggiani, eram desempenhados por cada família em separado e mantidos normalmente por escravos. Animais criados às soltas pela aldeia complementavam o quadro produtivo, juntamente com a caça. Os relatos também permitem conhecer mais sobre a vida social na aldeia, onde grandes residências multifamiliares abrigavam giraus, que serviam de dormitório (BOGGIANI, 1975: 112).

As pinturas corporais eram de grande importância na vida social dos Kadiwéu, pois indicavam status e prestígio. A existência de diferentes classes sociais, muito bem marcadas nesta sociedade, conferia enorme importância às pinturas corporais como forma de comunicação de hierarquia. Sabe-se que ainda hoje a pintura, especialmente a facial, é usada em ocasiões especiais, mas o texto de Boggiani deixa entender que naquela época o uso era contínuo e os grafismos não eram definitivos, mas sim superficiais e não duravam mais do que seis ou sete dias (BOGGIANI, 1975: 123). A arte corporal canalizou um estilo próprio de

decoreção kadiweu, expressado por meio de elaborados motivos geométricos. Estes motivos se converteram em marca registrada da etnia e influenciou diretamente as decorações cerâmicas, elemento material de grande importância que será ilustrado ao fim deste artigo.

Darcy Ribeiro fez uma das primeiras etnografias oficiais de caráter acadêmico dos Kadiwéu, no ano de 1947, tendo por foco a aldeia Alves de Barros. O autor aponta a existência de 235 pessoas, este número dividido em três aldeias. Quanto à autodefinição étnica, marcada por um forte sentimento de pertencimento, relata que: “(...) os kadiwéu não se identificam como “brasileiros” e sim como uma entidade étnica em si, distinta de todos os demais: como um povo oprimido pelo grande mundo dos brancos que os cerca e os hostiliza por todos os lados e de todas as formas” (RIBEIRO, 1980: 07).

A produção da cerâmica kadiwéu aparece na literatura desde Boggiani, mas é com Darcy Ribeiro e Levi Strauss que se tem uma visão mais clara do papel que esta exerce na sociedade. A pintura da cerâmica é bem particular, inconfundível. A manufatura da cerâmica fica a cargo das mulheres da aldeia, que também a ornamentam com pigmentos naturais. A partir de Levi Strauss (1996: 163) tem-se os pormenores do processo de produção da cerâmica: a argila é misturada com cacos de cerâmica triturados, que servem de antiplástico, cuja função é evitar que os recipientes se partam no processo de cozimento; a técnica de elaboração era o acordelamento e depois de concluída a forma, empregava-se cordões para imprimir formas geométricas nas paredes ainda úmidas dos recipientes; antes de levar a cerâmica ao fogo, os recipientes ainda eram pintados, normalmente com óxido de ferro; após a queima, a cerâmica por fim recebia um tratamento com resina. Como produto final se tem peças de tamanho, formato e destinações variadas, com superfícies minuciosamente decoradas, onde os motivos geométricos se destacam pela variação de cores sobre cores.



Pratos de cerâmica kadiwéu

CERÂMICAS E SIGNIFICADOS: OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO ARTESANATO KADIWEU.

A arte indígena é a manifestação material de um universo simbólico onde estão expressos, em maior ou menor grau, elementos de etnicidade e de cosmologia. A arte, no universo ameríndio, não é regida pelos mesmos conceitos ocidentais de arte. Um objeto artístico no mundo tribal transcende a qualidade estética, sendo também utilitário. Diferentemente do que ocorre na arte ocidental, a arte indígena é anônima e sua produção segue regras rígidas a fim de atender as expectativas grupais.

Ou seja, mesmo sendo algumas peças assinadas, não é esperada do autor uma liberdade criativa, mas sim um produto que reflete rígidos conceitos que marcam a etnicidade do grupo. Ainda que o autor se identifique por meio de assinatura, não será reconhecido como talento individual criativo, mas sim como parte integrante de uma rede de expressão da identidade étnica. O fim não é materializar o universo criativo do artista, mas sim de apresentar produtos que se sustentam como parte da etnicidade, respondendo também algum tipo de demanda prática – como uma faca que tem seu cabo adornado. Els Lagrou (2010) trata desta questão da arte indígena como resultado da

combinação do estético com o utilitário, numa posição bem distinta do conceito ocidental de arte. Lagrou (ibid) nos lembra que objetos no universo tribal podem também ocupar espaço na vida social, manifestando 'agência'. Ou seja, há casos em que tais objetos são dotados de temperamento e intencionalidade, afetando de alguma forma o fluxo da vida social. Este fenômeno é denominado pela antropologia de 'agência'. Sobre isso, Aguiar e Pereira (2015) elaboram uma discussão, situando as manifestações artísticas de etnias de Mato Grosso do Sul nesse contexto de arte indígena.

Enquanto veículo de expressão da etnicidade, a arte passa a ser uma variável de grande importância para a compreensão da vida social de um grupo indígena. Portanto, pesquisar a arte kadiweu permite reportar toda uma parcela significativa da vida social regida pela produção artística. A cerâmica Kadiwéu ao ser fabricada pelas índias segue um processo produtivo: modelagem, cozimento e pintura. Após moldar a forma, espera-se secar a cerâmica que por fim estará pronta para o cozimento. No processo de moldagem, incisões de padrão geométrico são feitas na massa fresca. Após cozida, a cerâmica recebe camadas de tinta que destacarão as formas geométricas tão características daquela etnia. Ou seja, conforme destacam Aguiar e Pereira (2015), a peça é 'vestida' de etnicidade.

Este processo é o que separa o objeto de outros elementos materiais alheios ao grupo.

Aqui assumo a perspectiva de que qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator. Dessa maneira, objetos não são mera cultura material desprovida de ação, mas entidades atuantes no contexto social dos grupos humanos, ou seja, objetos também são atores no cenário etnográfico. Assim sendo, as peças de cerâmica Kadiwéu não se limitam a condição de produtos materiais, mas atuam na sociedade como emblema do grupo, preenchendo a sociedade de etnicidade. O uso prático é o menos importante: panelas não são necessariamente usadas para cozinhar, mas invariavelmente se manifestam como elemento da cultura e portam significantes. Bourdier (2002) percebe os objetos como detentores de uma forte carga simbólica, exercendo função na ordem cosmológica. A minha abordagem vem de encontro à ideia de Bourdier, situando os objetos de arte kadiwéu como produtos simbólicos.

As peças de cerâmica kadiwéu são

vendidas pelas próprias indígenas, de duas formas: direto ao consumidor ou através de terceiros, nas lojas da cidade vizinha de Bonito, balneário fluvial turístico da região. Dali, as peças adquirem diferentes destinos, sendo algumas, inclusive levadas a outros países. Objetos análogos, fabricados no mesmo lugar, porém quando submetidos a trajetórias diferentes assumem distintos significados. Uma peça por mim analisada, enquanto doutoranda, terá um valor científico, diferente do que representará ao turista europeu que a adquire como objeto de decoração, função que, por sua vez, também confere diferenças em relação ao significado original, étnico.

Em entrevistas, tanto com as indígenas como com as vendedoras das lojas da cidade de Bonito, foi destacada a venda dos artesanatos a turistas estrangeiros, principalmente alemães e franceses. Como dito acima, o fluxo de objetos na condição de artesanato faz com que o mesmo receba novas camadas de significantes. Para o turista, sustentará um imaginário acerca de um



Figuras zoomorfas no artesanato kadiwéu.



Peças moldadas e incisas que serão levadas ao fogo.



Cerâmica finalizada e pronta para comercialização.

determinado povo indígena, sendo o 'feito a mão por meio de produtos naturais' o diferencial. Para os Kadiwéu, por sua vez, significa o reconhecimento de uma parcela de sua cultura por parte da sociedade não indígena, fazendo-se assim a etnia visível.

As peças até hoje por mim adquiridas e incorporadas como coleção particular, em razão de minha pesquisa doutoral, convertem meu espaço de vivência em centro de cálculo. Os objetos são fotografados, catalogados e descritos, a fim de formar camadas de significado de interesse científico. Estas novas camadas de significado que são atribuídas a tais peças de artesanato demonstram que o percurso do objeto é essencial para entender toda a sua dimensão enquanto produto da cultura. Estes objetos tiveram seu contexto social alterado, por isso assumem novas significações: testemunhos etnográficos, mercadorias, expressões de etnicidade, instrumentos científicos, deleite estético. De argila moldada passam à condição de atores sociais na construção de conhecimentos e na expressão de simbolismos, não somente pela participação da vivência social por sua função prática – pois como visto no caso da cerâmica Kadiwéu isso é o que menos importa – mas como agentes portadores de múltiplos significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, R. L. S. & PEREIRA, L. M. (2015). A universalidade da arte e a pesquisa da produção artística entre os povos indígenas em Mato Grosso do Sul. In: Candida Graciela Chamorro e Isabele Combès (Org.) – No Prelo.
- AREIA, M. L. Rodrigues de; MIRANDA, M. A.; HARTMANN T. (1991). Memória da Amazônia: Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Mato Grosso e Cuyabá – 1783-1792. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.
- BOGGIANI, Guido (1975). Os Caduveos. Belo Horizonte: Itatiaia.
- BOURDIER, Pierre (2002). Esboço de uma teoria da prática. Portugal: Celta Editores.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (2006). O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP.
- ESPINA BARRIO, Angel Baldomero (2005). Manual de Antropologia Cultural. Recife: Massangana.
- HERBERTS, Ana Lúcia (1998). Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material. Dissertação de Mestrado. 345p. São Leopoldo: Unisinos.
- KOPYTOFF, Igor (2008). A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *in*: Arjun Appadurai; A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF.
- LAGROUS, Els (2010). “Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas”. Revista Proa, N. 02, vol.01, pp. 1-26. [disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/DebatesII/pdfs/elslagrou.pdf>]
- LATOUR, Bruno (1979). Laboratory life: the construction of scientific facts. Princeton: PUP.
- LA PEROUSE, Jean-Francois Galaup De (1996). Voyage de La Perouse Autour du Monde. In. Ilha de Santa Catarina – Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Lunardelli.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1996). Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1978). Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural.
- MARTINS, Sheila Mendonça; MARTINS, Maria do Rosário (2004). A cabeça troféu Mundurukú do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra: análise do objeto e os seus desafios. Revista Antropologia Portuguesa, Vol. 20|21. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, pp. 155-181.
- MILLER, David Philip (1996). "Joseph Banks,

empire, and 'centers of calculation' in late Hanoverian London" in: *Visions of Empire: voyages, botany and representations of nature*. Cambridge: CUP, pp.21-37.

RIBEIRO, Darcy (1980). *Kadiwéu*. Petrópolis: Vozes.

RIVASSEAU, Emilio (1936). *A vida dos índios*

Guacurú. São Paulo: Ed. Nacional.

SUSNIK, Branislava (1998). *Tendencias Psicosociales y Verbomentales Guaycuru – Maskoy – Zamuco*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

THOMPSON, Paul (1992). *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra.

